

Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Senhores acionistas, a Administração da Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Ao encerrarmos o exercício de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da

Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.

Paracatu - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

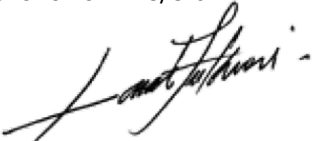
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.854	43	Fornecedores	12	1.393	14.430
Contas a receber	8	2.375	-	Obrigações fiscais	13	114	342
Impostos a recuperar		10	61	Imposto de renda e contribuição social	19	122	1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8	2	Passivo de arrendamento	10	14	-
Despesas antecipadas	9	333	413	Outras contas a pagar	12	137	23
Outras contas a receber		11	-				
Total do ativo circulante		8.591	519	Total do passivo circulante		1.780	14.773
Despesas antecipadas	9	2.069	-	Provisão para desmobilização	14	2.258	-
Direito de uso	10	5.710	-	Passivo de arrendamento	10	5.775	-
Imobilizado	11	201.821	177.934	Total do passivo não circulante		8.033	-
Total do ativo não circulante		209.600	177.934	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	207.752	163.771
				Reserva de retenção de lucros		626	-
				Prejuízos acumulados		-	(114)
				Total do patrimônio líquido		208.378	163.657
Total do ativo		218.191	178.453	Total do passivo e patrimônio líquido		218.191	178.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	16	8.070	-
Custos de operação	17	(7.568)	-
Lucro bruto		502	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(179)	(34)
Outras receitas operacionais		3	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		326	(34)
Receitas financeiras	18	1.057	42
Despesas financeiras	18	(395)	(50)
Resultado financeiro líquido		662	(8)
Resultado antes dos impostos		988	(42)
Imposto de renda e contribuição social	19	(248)	(10)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		740	(52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	740	(52)
Outros resultados abrangentes		
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>740</u>	<u>(52)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de retenção de lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		11.859	-	-	(62)	11.797
Subscrição e integralização de capital	15.a	145.168	-	-	-	-
Aumento de capital a subscrever	15.a	6.744	-	-	-	151.912
Prejuízo do exercício		-	-	-	(52)	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		163.771	-	-	(114)	163.657
Subscrição de capital	15.a	44.919	(44.919)	-	-	-
Integralização de capital	15.a	-	43.981	-	-	43.981
Lucro líquido do exercício		-	-	-	740	740
Destinação para reserva de retenção de lucros	15.b	-	-	626	(626)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		208.690	(938)	626	-	208.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		988	(42)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	11	3.071	-
Amortização de direito de uso	10	96	-
Juros sobre arrendamento	10	346	-
Atualização do saldo de arrendamento	10	(6)	-
		4.495	(42)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(4.444)	-
Impostos a recuperar		51	(61)
Despesas antecipadas		80	-
Outras contas a receber		(11)	159
Adiantamento a fornecedores		-	136
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.166	-
Obrigações fiscais		(229)	89
Outras contas a pagar		115	(1)
		1.223	280
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de juros de arrendamento	10	(346)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(133)	(13)
		744	267
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	11	(38.903)	(153.438)
		(38.903)	(153.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de direito de uso	10	(11)	-
Integralização de capital	15.a	43.981	151.912
		43.970	151.912
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			
Aumento líquido / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	43	1.302
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	5.854	43
		5.811	(1.259)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda., (“Empresa”) é uma SPE, constituída na forma de sociedade de propósito específico de capital limitado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, Fazenda Boa Sorte Parte B, área rural de Paracatu.

A Empresa foi constituída em 29 de novembro de 2021 e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.MG.049190-0.01.

A Empresa recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 44,1 MW por 35 anos, que compreende o período de 02 de março de 2021 a 021 de março de 2056.

Ao final do prazo de autorização a Empresa poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

A Empresa obteve a autorização para início da operação comercial em 13 de março de 2024 e teve sua operação dedicada ao suprimento de contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre no mercado de curto prazo durante o ano de 2024. A partir de janeiro de 2025 a Empresa iniciará o atendimento ao contrato de venda de energia firmado pelo Complexo Fotovoltaico Boa Sorte, através de sua controladora Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. junto à Albras Alumínio Brasileiro S.A., cujo suprimento ocorrerá até 31 de dezembro de 2044.

A obtenção do *substantial completion*, cujo qual estabelece o marco no qual os ativos fixos estão em condições pretendidas pela administração para entrar em operação e iniciar a depreciação ocorreu em 01 de julho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 24 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos passivos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – nota explicativa nº 11:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº14:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 21:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os

períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Empresa. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A Empresa finalizou a construção do ativo imobilizado e iniciou a depreciação em agosto de 2024.

O imobilizado em andamento registrado pela Empresa corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Empresa, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores.
-

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

c) *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

d) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
-

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
-

- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Empresa encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Empresa os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A Empresa adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,75% a.a.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual

a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos bancários (a)	936	12
Aplicações financeiras (b)	<u>4.918</u>	<u>31</u>
Total	<u>5.854</u>	<u>43</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (a) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 92% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (98,50% em 31 de dezembro de 2023), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber de clientes – Receita – ACL (a)	1.551	-
Contas a receber de partes relacionadas (b)	<u>824</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.375</u>	<u>-</u>

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre,

conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 18.

- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação de venda de energia para a controladora da Empresa, conforme nota explicativa 20.

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Despesas antecipadas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Seguros antecipados (a)	333	413
Arrendamentos antecipados (b)	2.069	-
Total	<u>2.402</u>	<u>413</u>
Circulante	333	413
Não circulante	2.069	-

- (a) Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos.
- (b) Refere-se à valores pagos à título de antecipação de arrendamentos relacionados aos últimos 5 anos do contrato.

10 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Empresa atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2024</u>
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	6.565	96	5.710
Total do ativo	<u>-</u>	<u>6.565</u>	<u>96</u>	<u>5.710</u>

O prazo de amortização de direito de uso é de 30 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2024
Passivo de arrendamento	5.789
Total	5.789
Circulante	14
Não circulante	5.775

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada abaixo:

	2024					
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Pagamentos	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	6.565	11	346	346	5.789
Total	-	6.565	11	346	346	5.789

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,75% a.a.

11 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Custo de aquisição:					
Imobilizado em andamento (a)	11.037	166.897	177.934	24.700	202.634
Desmobilização de ativos	-	-	-	2.258	2.258
Total do custo	11.037	166.897	177.934	26.958	204.892
Depreciação acumulada					
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	-	-	-	(3.071)	(3.071)
Total da depreciação acumulada	-	-	-	(3.071)	(3.071)

Total do imobilizado	11.037	166.897	177.934	23.887	201.821
-----------------------------	---------------	----------------	----------------	---------------	----------------

(a) Refere-se a imobilizado em andamento para implementação do parque fotovoltaico

Em agosto de 2024 a Empresa concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Empresa não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Fornecedores	2024	2023
Contratação de serviços (a)	227	5.840
Fornecedor partes relacionadas (b)	-	8.590
Fornecedor de energia	1.166	-
Total de fornecedores	1.393	14.430
 Outras contas a pagar		
Outras provisões (c)	137	23
Total de outras contas a pagar	137	23
 Total de fornecedores e outras contas a pagar	 1.530	 14.453

(a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, basicamente, às aquisições de materiais e serviços necessários para o processo de construção da Usina Fotovoltaica.

(b) Conforme nota explicativa nº 20.

(c) Refere-se a provisão de serviços de operação e manutenção (O&M).

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 21.

13 Obrigações fiscais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRRF sobre serviços terceiros	-	2
PCC sobre serviços de terceiros	96	6
ISS sobre serviços de terceiros	-	140
INSS sobre serviços de terceiros	-	194
Pis e Cofins a recolher	18	-
Total	<u>114</u>	<u>342</u>

14 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Empresa tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2024, a Empresa realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$2.258. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,30%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.258, conforme nota explicativa nº 11.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	<u>2024</u>
Saldo inicial	<u>-</u>
Reconhecimento inicial	2.258
Saldo final	<u>2.258</u>

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito é de R\$ 208.690 (R\$ 157.027 em 31 de dezembro de 2023), representado por 208.690 quotas (157.027 em 31 de dezembro de 2023), nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado da Empresa é de R\$ 207.752 (R\$ 163.771 em 31 de dezembro de 2023).

A Empresa possui capital a subscrever em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 6.744 dois quais foram subscritos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa realizou as seguintes subscrições de capital:

- Em 28 de agosto de 2023, conforme 8ª alteração contratual, a Empresa realizou a subscrição de capital social no montante de R\$ 145.168.
- Em 01 de julho de 2024, conforme 9ª alteração contratual, a Empresa realizou a subscrição de capital social no montante de R\$ 33.924.
- Em 01 de novembro de 2024, conforme 10ª alteração contratual, a Empresa realizou a subscrição de capital social no montante de R\$ 17.739.

A Empresa possui capital a integralizar em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 938 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

A Empresa integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 capital social no montante de R\$ 43.981 (R\$ 151.912 ao longo de 2023), por meio de transferência bancária realizada pela controladora, Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia Ltda.

b. Reserva de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa destinou para reserva de retenção de lucros R\$626 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

16 Receita operacional líquida

A Empresa gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita contrato de energia MCP	2.640	-
Receitas com partes relacionadas (a)	<u>5.736</u>	<u>-</u>
	8.376	-
Impostos sobre venda	<u>(306)</u>	<u>-</u>
Total da receita operacional líquida	<u>8.070</u>	<u>-</u>

(a) Receita realizada com partes relacionadas conforme nota explicativa nº 20.

Durante o exercício de 2024, a Empresa gerou 101.100 MWh.

17 Custos de operação, despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Custos do serviço de energia elétrica		
Depreciação e amortização	(3.167)	-
Operação e manutenção	(854)	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica	(1.330)	-
Compromissos ambientais e sociais	(14)	-
Compra de energia para revenda	(1.654)	-
Seguros	(511)	-
Custo de aporte em garantia	(38)	-
Total	(7.568)	-
	2024	2023
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(141)	(34)
Impostos e taxas	(16)	-
Despesas com viagens	(11)	-
Assessoria e advogados	(9)	-
Total	(179)	(34)

18 Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receita financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	31	42
Variação cambial ativa	1.026	-
Total	1.057	42
Despesa financeira		
Despesas bancárias e juros com empréstimos	(37)	(50)
Juros sobre arrendamento	(346)	-
Variação cambial passiva	(12)	-
Total	(395)	(50)
Resultado financeiro, líquido	662	(8)

19 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$122 (R\$1 em 31 de dezembro de 2023). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta (a)	8.376	-
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	670	-
Presunção da contribuição social – 12% (c)	1.005	-
Demais receitas – (d)	<u>41</u>	<u>42</u>
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	1.727	42
Imposto de renda a alíquota de 15%	(107)	(6)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	<u>(47)</u>	<u>-</u>
Total IRPJ	<u>(154)</u>	<u>(6)</u>
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	1.046	42
Contribuição social a alíquota de 9%	<u>(94)</u>	<u>(4)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(248)</u>	<u>(10)</u>
Alíquota efetiva (*)	<u>3%</u>	<u>24%</u>

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita financeira (a) e demais receitas (b).

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia Ltda e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2024 e 2023 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a receber (a)		Contas a pagar (b)		Receitas/(despesas) (c)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	824	-	-	-	5.736	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE LTDA (i)		-	-	8.590	-	-
	832	-	-	8.590	5.736	-

(i) Refere-se a imobilizado a pagar à Boa Sorte 1, decorrente de aquisição por transferência onerosa.

- a) Conforme nota explicativa nº 8.
- b) Conforme nota explicativa nº 12.
- c) Conforme nota explicativa nº 16.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2024 - Valor contábil		2023 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.918	936	-	43
Contas a receber	8	-	2.375	-	-
Outras contas a receber		-	11	-	-
Total		4.918	3.322	-	43
Passivos					
Fornecedores	12	-	1.393	-	14.430
Outras contas a pagar	12	-	137	-	23
Passivo de arrendamento	10	-	5.789	-	-
Total		-	7.319	-	14.453

	Hierarquia do valor justo	2024 – Valor contábil e valor justo		2023 – Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa.	Nível 1	5.854	5.854	43	43
Contas a receber	Nível 2	2.375	2.375	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	11	11	-	-
Total		8.240	8.240	43	43
		2024		2023	
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	1.393	1.393	14.430	14.430
Outras contas a pagar	Nível 2	137	137	23	23
Passivo de arrendamento	Nível 2	5.789	5.789	-	-
Total		7.319	7.319	14.453	14.453

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.854	43
Contas a receber	2.375	-
Outras contas a receber	11	-
Total	<u>8.240</u>	<u>43</u>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.393	1.393	1.393	-	-	-
Outras contas a pagar	137	137	137			
Passivo de arrendamento	5.789	5.819	14	55	112	5.638
	7.319	7.349	1.544	55	112	5.638

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	14.430	14.430	14.430	-	-	-
Outras contas a pagar	23	23	23	-	-	-
	14.453	14.453	14.453	-	-	-

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação (*IFRS 7- Financial Instruments: Disclosures*), a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2024	Cenário Provável 31/12/2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	12,15%	14,75%	2,60%	3,25%	3,90%

Risco de redução (ativo)	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	4.918	725	907	1.088	(907)	(1.088)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

22 Contingências

A Empresa é ré, juntamente com outras 7 SPEs componentes do grupo a qual a Empresa faz parte, em uma ação judicial de natureza civil, proposta por corretores de imóveis que solicitam pagamento de indenização por suposta intermediação na assinatura do contrato de direito real de superfície. A avaliação de risco possível de perda pelos assessores jurídicos da Companhia é de R\$ 15.401. Ainda não houve a citação formal das Companhias.

23 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
TUST/TUSD (a)	(2.875)	(1.672)	(1.724)	(1.780)	(92.553)	(100.604)
Seguros e garantias (b)	(1.178)	(544)	(561)	(579)	(14.865)	(17.727)
Compra de Energia (c)	(1.518)	(104)	(104)	(14)	-	(1.740)
Contratos de (O&M) (d)	(1.250)	(806)	(831)	(858)	(36.916)	(40.661)
Arrendamento (e)	(673)	(70)	(195)	(568)	(10.892)	(12.398)
Outros (f)	(2.767)	(776)	(708)	(714)	(28.682)	(33.647)
Total	(10.261)	(3.972)	(4.123)	(4.513)	(183.908)	(206.777)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

24 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores	(14.203)	13.459
Imobilizado	11.945	(13.459)
Provisão para desmobilização	2.258	-

25 Eventos subsequentes

- (a) Em 07 de janeiro de 2025, a Empresa recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 938 mediante transferência bancária realizada pela controladora Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia Ltda.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5

CPF: 008.175.478-78

* * *